

Volume

1

CONEXÃO AMÉRICA LATINA

COLÔMBIA: ENTRE
A POLARIZAÇÃO
POLÍTICA E O
PROTESTO SOCIAL

DANIEL PÉCAUT

PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG





Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo

COLEÇÃO: Conexão América Latina - dirigida por
Bernardo Sorj e Sergio Fausto

TRADUÇÃO: Fabio Storino

PROJETO GRÁFICO: Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Copyright do texto em português©
Edições Plataforma Democrática

Colômbia: Entre a polarização política e o protesto social / Daniel Pécaut.
São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2022.

21 p. (Coleção América Latina)

ISBN 978-65-87503-09-7

1. Sociologia. I. Pécaut, Daniel. Título. III. Série.

CDU: 316

CDD: 301

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.



CONEXÃO **AMÉRICA LATINA**





APRESENTAÇÃO

Na série Conexão América Latina, publicada por Plataforma Democrática, os leitores encontram ensaios sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência, seja em países específicos, seja em partes da região, seja nela em seu conjunto.

Os textos aqui publicados se dirigem ao público interessado nos caminhos e descaminhos da América Latina, especialistas, acadêmicos, jornalistas, políticos, empresários, ativistas, cidadãos que buscam compreender melhor os destinos de nossa região.

COLÔMBIA: ENTRE A POLARIZAÇÃO POLÍTICA E O PROTESTO SOCIAL¹

● DANIEL PÉCAUT²

Os acontecimentos que se desenrolam na Colômbia a partir de 28 de abril de 2021 são inéditos. Por cerca de três meses, grande parte do território do país ficou paralisada. A duração dos protestos, o número e a diversidade de manifestantes, a diversidade de cidades e até mesmo áreas rurais afetadas, a extensão da suspensão das atividades econômicas, a proliferação de bloqueios em muitas rodovias e os consequentes problemas de abastecimento, a ausência de uma organização central, tudo isso foi novidade, assim como a brutalidade da repressão policial, responsável por dezenas de mortes, desaparecimentos, ferimentos graves e violência sexual. Igualmente surpreendente têm sido os pedidos de intervenção do Exército em Cali e outros centros urbanos.

A maioria dos comentaristas destacou a brutalidade da repressão policial, as inúmeras mortes e demais atrocidades cometidas pelo Esquadrão Móvel Antidistúrbios (ESMAD, na sigla em espanhol) e, sobretudo, a violência presente nas manifestações. Analistas relataram a paralisia econômica causada pelo bloqueio das estradas e de Buenaventura, o principal porto do

1. Tradução de Fabio Storino da versão em espanhol realizada por Alberto Valencia Gutiérrez.

2. Daniel Pécaut é Diretor de Estudos na École des hautes études en sciences sociales, Paris.

país tomado por várias gangues, e a desorientação quase permanente do governo incapaz de estabelecer um diálogo com os manifestantes e, mais ainda, de distanciar-se dos excessos da polícia. Uma minoria de manifestantes participou de atos de violência contra policiais e de várias formas de “vandalismo”. O governo viu nesses atos a oportunidade de legitimar a ação policial e denunciar a infiltração de núcleos guerrilheiros nesses grupos.

Nem a agitação social nem a brutalidade da polícia são necessariamente uma surpresa. No final de novembro de 2019 já havia ocorrido um primeiro episódio. A expansão da pandemia suspendeu a mobilização. Embora os estragos continuassem a crescer, a ponto de transformar em pouco tempo a Colômbia em um dos países mais afetados do mundo, no final de abril de 2021 a explosão social irrompe novamente com grande força, desta vez provocada diretamente por um projeto de reforma fiscal que visava reduzir o significativo déficit nas contas públicas, mas que afetou setores importantes das classes médias.

Tão surpreendente quanto a intensidade das mobilizações foi seu resultado no curto prazo: a suspensão com pouquíssimos resultados tangíveis. No entanto, a mobilização conseguiu trazer à tona as características que sempre marcaram a Colômbia: a falta de um simbolismo nacional, uma sociedade dividida e fragmentada, uma concepção de tempo que pode ser resumida em uma visão de sucessivas catástrofes, desigualdades sociais tão profundas que parecem naturais. A paralisia do país só acentuou todos esses aspectos, sem que fosse possível prever que dali pudessem surgir mudanças que não fossem somente superficiais.

● A polarização política

O ponto de partida parece-me um pouco anterior a isso, no “plebiscito” de outubro de 2016 sobre o acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em Havana. Para surpresa geral, e no contexto de uma massiva abstenção, o “Não” triunfou. Por fim, o Congresso acabou ratificando-o, não sem antes introduzir mudanças importantes. De qualquer

forma, faltou a sagração popular. O que poderia ter sido entendido como um triunfo da paz e, assim, como um passo decisivo para a reconciliação nacional, favoreceu, pelo contrário, o surgimento de uma polarização política mais profunda do que nunca. Com a ajuda do ex-presidente Uribe, à frente do partido que ele próprio havia criado com o nome de Centro Democrático, o acordo foi denunciado como uma vitória das guerrilhas, que abria o caminho para a implantação de um “castro-chavismo” na Colômbia. Para Uribe, seria necessário destruir completamente as Farc.

No entanto, a cisão não vinha apenas da reação dos apoiadores do ex-presidente, mas incluía inúmeros setores, da Igreja Católica – a Conferência Episcopal da Colômbia não conseguiu chegar a um consenso e, em muitas regiões, os padres se pronunciaram a favor do “Não” –, as diversas entidades de classes, representantes das elites econômicas e, sobretudo, aqueles que consideravam que o acordo significava garantir uma espécie de impunidade às Farc. A cláusula que lhes concedia dez assentos no Congresso parecia um sinal óbvio desse objetivo.

A reação é ainda mais surpreendente se considerarmos que, em 2006, Uribe, ainda no cargo de presidente, conseguiu desmobilizar uma parcela significativa dos paramilitares, garantindo-lhes impunidade sem que isso tivesse gerado forte indignação.

Como os acordos de Havana foram construídos para evitar qualquer tipo de impunidade, as negociações finais levaram muito tempo. Como resultado, foi criado um órgão de justiça transitória com poderes judiciais, a “Jurisdição Especial para a Paz” (JEP), encarregado de julgar os autores de crimes “internacionais”. Estes não poderiam ser anistiados e só poderiam se beneficiar de penas mais leves caso reconhecessem sua responsabilidade e reparassem os danos que haviam infligido. O dispositivo também estabeleceu duas comissões, uma de “justiça e verdade”, sem poder judiciário, mas encarregada de elaborar um relato interpretativo do conflito armado, e outra dedicada à busca aos desaparecidos. O acordo também previa medidas para a devolução dos territórios ocupados e, de forma mais geral, medidas de redistribuição de terras a pequenos agricultores, que até então haviam sido privados disso.

Somava-se a isso a promessa de reconhecimento, pelo Estado, de indenizações devidas às vítimas. Além dos mortos, desaparecidos, sequestrados, torturados etc., os deslocados eram estimados em centenas de milhares. Diversos organismos internacionais de justiça concordaram em reconhecer a notável qualidade desses mecanismos, tendo em conta a quantidade e a complexidade das atrocidades ocorridas.

● A implementação da justiça transitória e o agravamento da polarização política

Em vez de atenuar a polarização política, as cláusulas da justiça transitória só a exacerbaram. Após o fim do mandato de Santos, Uribe conseguiu eleger Iván Duque, um de seus apoiadores, e orquestrou uma campanha difamatória contra Santos. Desprovido de redes políticas próprias e fortemente dependente de Uribe, Duque insistiu em reverter a maioria das cláusulas do acordo. Muito pouco das reformas sociais prometidas foi colocado em prática. Por um ano, o novo presidente tornou-se um feroz opositor ao sistema de justiça transitória, na esperança de que fosse revogado pelo Congresso.

Este sistema realmente preocupava os apoiadores de Uribe. Deve-se reconhecer que a prioridade era condenar as Farc pelas inúmeras atrocidades que cometeram, especialmente os sequestros, o recrutamento forçado, a destruição de vilarejos e o uso de minas antipessoais. No início de 2021, a JEP conseguiu fazer com que os principais líderes da guerrilha fossem forçados a responder por mais de 20 mil sequestros, muitos dos quais terminaram com a morte dos sequestrados. Essa decisão mostrava inequivocamente que esse grupo não ficou impune e conferiu grande credibilidade a essa instância judicial.

No entanto, isso não foi suficiente para tranquilizar os uribistas. O Estado de fato estava implicado, direta ou indiretamente, em inúmeros crimes. Não se tratava propriamente de uma ditadura militar, que teria rompido todos os laços com o Estado de Direito. As Forças Armadas permaneceram subordinadas, em princípio, ao poder civil, mas cometeram inúmeros hor-

ros. Um dos mais contundentes foi a execução deliberada de diversos civis classificados como guerrilheiros, muitas vezes pessoas simples recrutadas de maneira aleatória. Não foram casos isolados: em julho de 2001, a JEP havia contabilizado 6.402 casos. Classificados como “falsos positivos”, esses crimes foram cometidos por unidades que tinham o apoio do governo e estavam interessadas em inflar as “perdas infligidas ao inimigo”.

Mas isso não foi tudo: o conluio entre as Forças Armadas e organizações paramilitares havia sido uma constante. Estas últimas espalharam o terror entre a população e causaram ainda mais mortes e deslocamentos do que os guerrilheiros. Além disso, as organizações paramilitares tiveram a ajuda de inúmeros políticos nacionais e locais, a ponto de a carreira de muitos deles se dever ao seu apoio. Os traficantes de drogas lhes forneciam dinheiro e armas, e não faltaram empresários e proprietários de terras que contribuíssem para a causa. O próprio Álvaro Uribe é suspeito de ter permitido que isso acontecesse, assim como de ter estimulado esses excessos, particularmente durante seu mandato como governador de Antioquia. Diretamente implicado pela Corte Suprema de Justiça da Colômbia em 2020 por ter pressionado testemunhas, ele só conseguiu escapar recorrendo à justiça comum. Muitos de seus colaboradores próximos haviam sido condenados.

A razão pela qual o governo de Duque tentou em vão por um ano suprimir a JEP é porque muitos temiam suas decisões. O ódio que amplos setores da opinião pública sentiam das Farc era tal que fechavam os olhos para as atrocidades cometidas pelos demais protagonistas. Isso nos permite entender por que Uribe conseguiu manter uma sólida influência sobre esses setores e por que a polarização política, em vez de diminuir, continuou a predominar. Neste contexto, Duque poderia abster-se de realizar as reformas previstas pelo acordo de Havana, em particular aquelas destinadas a garantir o retorno à vida civil dos guerrilheiros desmobilizados.

Ainda assim, o acordo permitiu uma queda significativa da violência em muitas regiões. Uma queda efêmera, porque o Exército de Libertação Nacional (ELN) continuou com suas ações e porque grupos das Farc contrários à desmobilização organizaram “dissidências”. Ainda mais grave, a polarização prejudicava a visão de futuro implícita no acordo. Novamente prevalece uma temporalidade do dia a dia, sem uma perspectiva inspiradora.

● O colapso institucional

Durante as últimas décadas, a estabilidade das instituições das quais a Colômbia se orgulhava em relação aos países vizinhos tornou-se cada vez mais incerta. A Constituição aprovada em 1991 havia sem dúvida modernizado todo o sistema jurídico. Com a proclamação de um “Estado social de Direito” e o caráter multicultural do país, com a abertura de oportunidades para ações individuais contra a violação de direitos essenciais, com as facilidades concedidas à formação de novos partidos e com a supressão do uso recorrente de medidas emergenciais, a Constituição tornou-se uma das mais avançadas no subcontinente. Mas seus efeitos não corresponderam às expectativas, e não apenas pelo agravamento do conflito armado.

A corrupção, favorecida sobretudo pelo tráfico de drogas, afeta crescentemente a vida política. Seu peso no PIB é avaliado em pelo menos 2%. Em 2002, estimou-se que um terço dos eleitos para o Congresso tinham ligações com o narcotráfico, bem como com outras modalidades de economia ilegal. A compra de votos tornou-se uma prática comum em muitos departamentos.³ Os escândalos afetavam diversos pilares do regime. A concessão de favores aos congressistas tornou-se indispensável para garantir maioria.

Com a ajuda dos uribistas, especialmente durante o governo Duque, setores inteiros do sistema judiciário ficaram nas mãos do Centro Democrático. Pessoas de confiança foram nomeadas para cargos-chave, em particular no Ministério Público, com um forte aparato de 10 mil funcionários, encarregados de investigações e acusações. Para comandar o Ministério Público, Duque nomeou um de seus colaboradores mais próximos. Outras instâncias essenciais de controle (Procuradoria Geral, Defensoria Pública etc.) tiveram o mesmo destino. Outros órgãos importantes escaparam em parte desse domínio, mas exercem menor influência sobre assuntos comuns. Os réus podem escapar de processos, conseguindo passá-los para uma justiça comum fácil de manipular. A polarização política afetou diretamente o sistema judiciário. Pode-se falar em uma tendência arbitrária, até mesmo autoritária.

3. Divisão político-administrativa da Colômbia. (N. T.)

O controle da direita uribista também é exercido sobre as Forças Armadas. Como ministro da Defesa, Santos levou algum tempo até descobrir o mecanismo dos “falsos positivos”, como reconheceu em 2021 diante da Comissão da Verdade. Quando chegou à presidência em 2010, ele pôs fim ao escândalo e até pediu a vários generais de prestígio que participassem das negociações com as Farc. Buscou reorientar a estratégia militar para se preparar para o fim do conflito armado e dar prioridade à pacificação dos territórios periféricos. Nessas questões, o governo de Iván Duque volta atrás e nomeia generais que desejam um retorno da guerra antiterrorista. Os linha-dura encontram o apoio de uma corporação que não está disposta a se responsabilizar pelo seu passado. Como é frequentemente o caso, uma associação de oficiais da reserva, a ACORE, faz eco para expressar sua indignação com qualquer novo questionamento.

Ao mesmo tempo, os partidos políticos, que até 1991 alinhavam a população por meio de suas redes clientelistas, perderam sua consistência. Ao facilitar a criação de novos partidos, a nova Constituição contribuiu efetivamente para sua diversificação, e muitos se tornaram máquinas eleitorais corruptas. Isso se reflete no Congresso, mesmo nos cargos mais altos. Os dois partidos políticos tradicionais, o Partido Liberal e o Partido Conservador, perdem progressivamente sua coesão. A partir de 2010, e mais ainda desde o acordo de Havana, o presidente Uribe vem conseguindo reunir com sucesso todos os seus apoiadores em torno do Centro Democrático que, mais do que um partido sólido, é o resultado da fidelidade em relação ao que seus adversários chamam de o “presidente eterno”, e sobre o qual ele impõe suas demandas sem dificuldades.

Durante seus dois mandatos, Juan Manuel Santos, por sua vez, buscou o apoio de uma coalizão de circunstância, que não sobreviveu à eleição de Iván Duque em 2018. A partir deste momento, passam a prevalecer formações políticas que giram em torno de uma personalidade, como a representada por Gustavo Petro, ex-prefeito de Bogotá e segundo colocado nas eleições presidenciais de 2018. Se a polarização persistir, nada garante que nas próximas eleições de 2022 Uribe possa continuar a impor o “seu” candidato: o Centro Democrático perdeu seu ímpeto como resultado da explosão social e vem enfrentando diversas tensões, incluindo a entre Uribe e Duque.

A oposição, por sua vez, não foi capaz de se unir em torno de um projeto alternativo. Embora seja verdade que uma parte importante da oposição esteja unida em torno da candidatura de Gustavo Petro, que promete grandes mudanças, seu movimento é, no entanto, pouco estruturado e inspira desconfiança tanto entre os moderados do Centro quanto entre diversos grupos ambientalistas. O polo alternativo, uma coalizão de correntes de esquerda, além do partido “Comuns” criado pelas Farc após sua desmobilização, não tem uma base social significativa. O fato mais importante fora da polarização é, sobretudo, a crise dos partidos políticos. A melhor prova disso é que, em julho de 2021, a dez meses da eleição presidencial, há inúmeras candidaturas, mais ou menos improvisadas, que não são encampadas por nenhum partido.

Não é de surpreender, portanto, como pode se observar por ocasião do movimento de abril, que a grande maioria dos manifestantes denunciem a “classe política”, mas não a política em si. A revolta é contra um governo que tem sido feroz em atacar o acordo de Havana e permitiu que vários fenômenos de violência invadissem o território.

● A explosão de 28 de abril

O estopim, como foi dito, foi um projeto de reforma fiscal que, entre outras disposições, previa a cobrança de um imposto sobre o valor agregado que afetaria as classes baixa e média. A reação foi imediata, tanto que o governo rapidamente recuou. Outro projeto afetava o sistema de saúde, que já era bastante impopular, pois entregava grande parte do setor a empresas privadas e deixava a grande maioria sem qualquer proteção.

O momento escolhido não poderia ser pior. Desde março de 2020, a pandemia de Covid vinha se agravando. No início, as autoridades acreditavam que pudessem contê-la, mas a situação ficava cada vez pior. A Colômbia se transformou em um dos países mais afetados do mundo em proporção ao número de habitantes. O governo demorou a obter o número de vacinas necessárias e a distribuí-las. A crise sanitária logo se transformou em uma situação social dramática.

A crise atingiu sobretudo as novas classes médias que haviam surgido entre 2002 e 2014. Nesse período, o crescimento econômico foi mantido graças aos preços de certas matérias-primas: petróleo, carvão, ouro e, de maneira acessória, as drogas ilícitas. A conjuntura permitiu o surgimento de uma classe média efêmera. A situação econômica favorável desabou justamente durante o segundo mandato de Santos, com exceção do tráfico de drogas, em plena expansão. Essas classes encontravam-se em condições vulneráveis no momento da pandemia. O Estado colombiano, ameaçado por déficits consideráveis, obviamente não tinha a disposição nem os recursos necessários para socorrer os setores mais afetados. A explosão social, que surpreende desde o início por sua amplitude, ocorreu não apenas em todas as principais metrópoles urbanas, mas também em inúmeras cidades médias.

Durante as negociações em Havana, as áreas rurais estiveram no centro dos projetos de reforma porque as guerrilhas nasceram e se consolidaram nessas áreas. Além disso, a concentração de terras permaneceu um problema de grandes proporções. Ao mesmo tempo, a parte rural do país seguiu sendo a base do sistema político colombiano. O clientelismo e a corrupção encontravam ali uma maneira de sobreviver. No entanto, há tempos a Colômbia já havia se transformado em um país essencialmente urbano. Nas eleições locais de 2018, muitas das grandes cidades votaram em prefeitos independentes, começando por Bogotá, Medellín e Cali. Essas aglomerações urbanas não haviam sofrido diretamente os efeitos do conflito armado, mas isso não impediu que outros fenômenos de violência causassem estragos. Além disso, tiveram de acolher uma massa de deslocados aos quais se somaram recentemente mais de um milhão e meio de refugiados venezuelanos. As regiões com extrema pobreza aumentaram nas cidades. Esses territórios estavam prontos para uma explosão social na primeira ocasião que surgisse.

Para se ter uma medida das tensões sociais acumuladas, é importante considerar também os efeitos da violência armada. Durante 35 anos, seus protagonistas impediram qualquer tipo de demanda autônoma dos setores populares e não hesitaram em exterminar seus porta-vozes. Sindicatos e organizações agrárias foram dizimados quando não se curvavam a esses

grupos. Um partido inteiro, a União Patriótica (UP), de tendência comunista, foi apagado do mapa. Nessas condições, o paradoxo é que, para as elites, o conflito constituía uma espécie de trégua social – exceto quando tinham o infortúnio de ser as próprias vítimas –, com pouquíssimas greves e movimentos agrários. Nas regiões que controlavam, as Farc impuseram a ordem, mas não tentaram modificar as estruturas. Em vez de atenuadas, as desigualdades sociais foram acentuadas. Assim, é possível compreender que, para as elites, estava claro quais seriam as consequências do acordo de Havana.

É necessário, portanto, completar o panorama do colapso institucional mencionado acima: os atores sociais clássicos estavam em crise, evidenciado pelas formas de explosão social. Trata-se da irrupção de um descontentamento quase permanente que não é capaz de – ou pelo menos é muito difícil – construir um propósito político.

Se era preciso um fator adicional para desencadear a explosão, a brutalidade imediata da repressão policial e, em particular, das unidades antidistúrbios, é tão marcante quanto a extensão das manifestações: pelo menos quarenta mortes, numerosos casos de tortura e desaparecimentos. Como já foi observado, policiais à paisana, incluindo civis, se misturavam em muitos casos com agentes uniformizados. Mas o governo de Duque permanece em silêncio sobre essas violações dos direitos humanos e se limitou a denunciar os atos de vandalismo cometidos por uma minoria de manifestantes.

● As formas de protesto

Em 28 de abril, ocorrem grandes marchas em várias partes do país. Em muitos bairros, os moradores erguem barricadas para impedir a circulação. São feitos bloqueios em todo o território que ameaçam o abastecimento das cidades. Serão necessárias muitas semanas e a intervenção do Exército para pôr fim a essa situação. Setores inteiros da economia são afetados.

A mobilização é descrita por alguns como uma “greve geral”, como se tivesse sido o resultado da ação de trabalhadores organizados e das entidades

que os representam. De fato, existia um “comitê de greve geral” formado por militantes sociais e políticos tradicionais, mas ele não incluía representantes dos jovens manifestantes. Estes, à maneira dos “coletes amarelos” na França, desconfiavam da lógica da representação. Em vários momentos, o “comitê geral” apresenta demandas, mas estas não encontram eco nem no governo nem nas manifestações de rua.

Para descrever esses manifestantes, os comentaristas quase sempre se referem à “juventude”. Mas é preciso observar que essa juventude é muito heterogênea: entre os estudantes, as diferenças sociais já são enormes, e são ainda mais profundas quando consideramos a enorme massa de jovens de bairros desfavorecidos, geralmente adolescentes muito jovens, que estão à frente do movimento.

A falta de organização não impressiona. Estima-se que 5% dos trabalhadores sejam sindicalizados, entre os quais o maior grupo é dos professores. Em circunstâncias normais, o trabalho informal representa quase 50% da população na força de trabalho. A pandemia jogou muitos desses trabalhadores na pobreza extrema. Uma minoria tenta sair de lá ligando-se a grupos mais ou menos ilegais, mas a maioria não possui alternativa que não expressar sua raiva.

Cali e seu entorno oferecem um exemplo dessa convulsão social. A região serviu como refúgio para muitos afrodescendentes de Buenaventura e da Costa do Pacífico. As organizações indígenas de Cauca muitas vezes fazem sentir sua influência nesta cidade: durante os acontecimentos, é realizada uma “minga”,⁴ o que aumenta ainda mais o temor das elites. A pandemia tem efeitos particularmente graves sobre essa cidade: estima-se que 30% da população de Cali encontra-se em situação de extrema pobreza. Esse conjunto de circunstâncias explica por que a explosão social ali é acompanhada de violência aguda. Apoiada pelo Exército, a polícia não hesita em abrir fogo em muitas ocasiões. Paramilitares e traficantes de drogas – Cali e o norte do departamento estão sempre sob sua influência – misturam-se

4. Entre algumas comunidades indígenas da Colômbia, essa tradição pré-colombiana de associação para o trabalho comunitário, similar ao conceito de *mutirão*, transcendeu ao nível político, constituindo uma reunião coletiva com o objetivo de discutir problemas da comunidade e organizar-se socialmente para reivindicar direitos. (N. T.)

sob o pretexto de garantir a proteção das elites locais. Jovens de bairros pobres, por outro lado, organizam estratégias locais de autodefesa com base em microfronteiras móveis.

Essas mobilizações raramente são coordenadas. As mídias sociais muitas vezes tendem a substituir a vanguarda de outras épocas. À medida que a mobilização se prolonga, aparecem grupos de militantes mais organizados, com o nome de “Primeira Linha”, equipados com capacetes e escudos que, sob o pretexto de garantir a proteção dos manifestantes e definir objetivos, enfrentam a polícia, muitas vezes recorrendo à violência. O governo afirma que guerrilheiros ou milicianos estão infiltrados nesses grupos.

A única convicção compartilhada pelos “jovens”, apesar das diferenças sociais, é a incerteza sobre o futuro. A promessa de paz não se concretizou como eles esperavam. Para muitos, o acesso a um trabalho estável é, mais do que nunca, uma miragem. Mesmo os “herdeiros” já não têm mais seu futuro garantido.

No entanto, o aspecto heterogêneo do protesto salta aos olhos. As grandes marchas são a expressão de uma mobilização amplamente política, mas as revoltas locais são o resultado de grupos, quando não de indivíduos, “desfilados”. Pode-se falar em um “efeito de multidão” no sentido que Negri e Hardt deram a este termo: em contraposição a um povo seguro de sua unidade, um conjunto diverso unido pelo descontentamento. No entanto, é claro que isso nem sempre é suficiente para fazer uma revolução.

● A polarização social

A polarização política se opõe à polarização social. A explosão social conscientiza as pessoas de maneira brutal sobre as desigualdades sociais que fazem da Colômbia um dos países mais injustos do mundo. A “virada neoliberal” dos anos 1970 provavelmente acentuou essa tendência, mas as desigualdades são tão antigas quanto o país.

Desde o início do século 20, prevaleceu um modelo liberal de desenvolvimento no qual as elites econômicas privadas assumem a gestão das coisas,

enquanto o Estado limita-se apenas a validá-la e se abstém de qualquer tipo de ação redistributiva que não seja paliativa. Os privilegiados pagam impostos muito baixos, em primeiro lugar aqueles que monopolizam o acesso à terra – a Colômbia é um dos raros países da América Latina que não conheceu uma reforma agrária de fato, os investimentos públicos são limitados, a legislação social só cobre uma minoria de assalariados e os gastos militares são baixos (a tradição civilista prevaleceu até 2000). Esses vários aspectos permanecem e contribuíram para que a Colômbia mantivesse uma taxa de crescimento relativamente constante, sem os sobressaltos que tiveram os países vizinhos, bem como excepcional estabilidade institucional.

O enquadramento, até a Constituição de 1991, por meio dos dois partidos tradicionais, o Conservador e o Liberal, e suas redes clientelistas, contribuiu muito para essa estabilidade. Falhou em impedir que a Colômbia passasse por vários episódios trágicos de violência que deixaram milhares de mortos (como foi o caso do período chamado “La Violencia”) ou que o regime tivesse que recorrer a estados de exceção permanentemente. Os setores populares foram as principais vítimas da violência, da qual emergiram enfraquecidos e acabaram novamente sob o domínio das elites. A mesma coisa aconteceu durante o último conflito armado, como já observado acima.

Daí a surpresa, após o fim do conflito com as Farc e o agravamento da pandemia, em relação à dimensão das desigualdades que, pela primeira vez, se manifestam aos olhos de todos. O ceticismo em relação à classe política e mesmo com relação aos porta-vozes da mobilização não consegue expressar a imensidão das transformações que deveriam ser implementadas, nem que seja apenas para remediar a situação dos mais vulneráveis. A violência policial, em contraste, confirma que a direita uribista está disposta a fazer qualquer coisa para se manter no poder.

A polarização social é capaz de compensar a polarização política provocada por essa direita? Mais uma vez, para que isso fosse possível, seria necessário que a multidão fosse capaz de se reconhecer em uma linguagem comum e, eventualmente, em um líder que representasse esse descontentamento e fosse capaz de manter a confiança pelo menos de parte das elites. Foi mencionado que Gustavo Petro trabalha nessa direção e aparece

como possível vencedor das eleições de 2022. No entanto, ele está longe de ser um líder incontestado.

O governo de Duque conseguiu pelo menos ganhar tempo. Embora sua impopularidade tenha atingido níveis recordes, as ilusões de muitos manifestantes tenderam a se dissipar após três meses e o resultado das mobilizações é precário: no máximo, uma promessa muito etérea de reforma da Polícia, sem colocar em questão sua militarização; um projeto de reforma fiscal mais equilibrado; compromissos vagos de ajuda aos mais necessitados; e a renúncia forçada de alguns ministros. É realmente pouco em relação à energia dispendida. Além disso, as manifestações tendem a se degradar cada vez mais: alguns manifestantes, muitos dos quais são verdadeiros delinquentes, se misturam aos demais e proliferam os saques a bens públicos.

As correntes uribistas se aproveitam da situação para alimentar as preocupações de uma parte da opinião pública, que espera com impaciência que as forças oficiais ponham fim à desordem.

Como passar da revolta social para um programa político substancial de mudança? Esta pergunta permanece sem resposta. A explosão social ocorre quase ao mesmo tempo em outros países da América Latina, mas sua tradução em termos políticos na Colômbia é mais difícil, como observou Hernando Gómez Buendía em artigo publicado no jornal *El Espectador* em 20 de junho de 2021. Ao contrário do Chile, a Colômbia não tem uma grande tradição de classe média nem enfrenta o desafio de apagar os traços de uma constituição herdada de uma ditadura militar. Ao contrário do Peru ou do Equador, não há uma população indígena significativa que aspire a um dia sacudir a mecânica do poder por meio de reivindicações identitárias. Ao contrário da Argentina, não há legado de populismo nem um sindicalismo poderoso. A Colômbia está bastante acostumada a uma combinação de negociações entre elites com violência. Além disso, ninguém prevê a possibilidade de alterar uma Constituição que existe há trinta anos e contém todas as disposições próprias de um Estado de Direito e de um regime de justiça social. Colocá-los em prática não significaria nada menos do que confrontar estruturas sociais obsoletas, o que exigiria uma ampla convergência em torno de um projeto nacional.

● Uma nação mais fragmentada do que nunca

Não se pode dissociar o que está acontecendo nas áreas urbanas da situação que existe em todo o país e, sobretudo, nas regiões periféricas.

Na época, o acordo com as Farc levou a uma redução dos homicídios, mas estes reapareceram com o tempo. Os guerrilheiros do ELN não renunciaram à luta armada. Grupos dissidentes das Farc continuaram a crescer e a assumir o controle dos territórios. Formações paramilitares surgem aqui e ali. Ainda mais graves são os atentados quase diários contra líderes sociais e defensores dos direitos humanos – mais de 200 por ano – bem como contra guerrilheiros desmobilizados das Farc, sem que seus autores sejam presos ou mesmo identificados. Nessas condições, o deslocamento forçado começou a aumentar. Um dos compromissos do Estado era que as instituições, incluindo, obviamente, as Forças Armadas, reforçassem sua presença em todas as partes do país. Mas nada disso aconteceu.

Uma das razões para o ressurgimento da violência é, sem dúvida, o aumento do cultivo de coca e do tráfico de drogas desde 2014. Os acordos de Havana estabeleceram o fim dos métodos de destruição em massa dos cultivos de coca, recorrendo à sua substituição voluntária, subsidiada pelo Estado. A produção, no entanto, disparou. Todos os grupos ilegais, incluindo o ELN, agora disputam áreas de interesse, em alguns casos estabelecendo alianças surpreendentes entre eles. Soma-se a tudo isso os recursos da exploração clandestina do ouro.

Os grupos ilegais estão presentes em quase todas as periferias do país, onde impõem sua violência. Além das áreas próximas ao Pacífico e ao Equador, que há muito tempo são o epicentro do cultivo de coca, os departamentos que fazem fronteira com a Venezuela tornaram-se polos de produção e de tráfico. Rivalidades entre os grupos criam um ambiente de guerra. Somam-se aos problemas internos da Colômbia outros que advêm das relações com o país vizinho, uma fronteira que é extremamente porosa. Estão presentes não apenas o tráfico de drogas e os refugiados, mas numerosos dissidentes das Farc e quadros do ELN que se instalaram do outro lado da fronteira, sem que se saiba muito bem se eles contam com o consentimento de Maduro.

Muitos desses grupos vêm se dedicando à acumulação de recursos financeiros e renunciaram às ambições revolucionárias. Alguns dissidentes das Farc, no entanto, continuam a nutrir a esperança de derrubar o regime e não hesitam em recorrer ao terrorismo. O presidente Duque não foi poupado dos ataques: em 25 de junho de 2021, o helicóptero em que viajava com vários ministros perto de Cúcuta foi alvo de ataque. Um mês depois, ainda não se sabia quem eram os autores, mas o mais preocupante é que alguns soldados podem estar envolvidos.

Será necessário repeti-lo? Redes de corrupção ligadas ao narcotráfico irrigam setores inteiros da vida política e econômica. É possível constatar, sobretudo, que, embora fenômenos rurais e fenômenos urbanos obedeçam a diferentes lógicas, sofrem influências recíprocas. A violência policial urbana faz parte da dinâmica da violência que as regiões periféricas sempre sofreram. As manifestações urbanas são um fato sem precedentes, mas, ainda que sejam a prova da crise das instituições políticas e do repúdio a elas, também é verdade que elas não conseguiram fazer ruir o sistema. Com ou sem o acordo de Havana, ainda falta o que poderia ser o esboço de um futuro comum.

● Epílogo

A comunidade internacional saudou com entusiasmo os acordos de Havana. Santos foi agraciado com o Prêmio Nobel. Um representante especial dos EUA, em nome de Barack Obama, acompanhou todas as negociações de Cuba.

Os sobressaltos da cena política colombiana continuam a produzir surpresas. Os resultados do referendo e, mais ainda, a fratura política que representaram, têm sido percebidos com crescente preocupação. Contudo, a eleição de Trump mudou particularmente a situação. A Colômbia sempre se caracterizou na América Latina pelo seu alinhamento com os Estados Unidos. Com o apoio de Uribe e seu partido, ela manteve seu apoio a Trump até mesmo quando este decidiu reforçar o boicote a Cuba e tratá-la novamente como um Estado terrorista. O governo colombiano seguiu

seus passos, mesmo sob o risco de isolar-se ainda mais de seus vizinhos. Trump parecia pensar que a Colômbia poderia servir, se necessário, para aumentar a pressão contra a Venezuela. Havia, portanto, todos os motivos para acreditar que a explosão social de 27 de abril fosse obra de grupos subversivos.

A eleição de Biden colocou tudo em questão. O governo colombiano se viu de um momento para o outro em uma posição delicada. Sua relutância em implementar os acordos e, sobretudo, a brutalidade da repressão contra os manifestantes geram preocupação. A imagem que sempre se quis dar ao país, como uma das raras democracias liberais da América do Sul, começou a rachar. O Conselho de Segurança da ONU milita a favor do “processo de paz”. Inúmeros congressistas democratas e ONGs americanas denunciam os excessos da polícia. Após muitas dúvidas, Duque foi forçado a autorizar a presença de uma delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que, além de condenar o vandalismo de alguns manifestantes, teceu críticas severas ao comportamento das autoridades colombianas. Enquanto aguarda o resultado da eleição de 2022, Biden, no entanto, viu-se obrigado a se mover entre os vários campos. Cercada por vizinhos afundados em crises econômicas e políticas, a Colômbia está muito isolada, mas continua sendo uma possível aliada da potência ao norte.

A proximidade das eleições é, para muitos, a possibilidade de que a mobilização social retorne. A incerteza em relação às suas consequências permanece considerável. Um pouco enfraquecido, Uribe ainda não encontrou um candidato que possa impor sem problemas. No entanto, há sempre a possibilidade de se agrupar em torno do medo de setores conservadores, se ocorrer algum incidente grave. A oposição, por sua vez, não conseguiu superar suas divisões. O grupo de Gustavo Petro continua a produzir temores entre os moderados, devido aos seus laços anteriores com Chávez e sua eventual inclinação populista.

Alguns evocam, é verdade, a possibilidade de um “pacto social” que permita uma convergência entre apoiadores de Petro e moderados, que giraria em torno da retomada dos compromissos de Havana e das reformas necessárias para sanar os problemas sociais mais urgentes. No momento é difícil avaliar sua viabilidade.

Embora os manifestantes não aspirem a retomada da luta armada, deve-se observar que eles mencionam apenas excepcionalmente a questão da implementação dos acordos como uma prioridade capaz de unificá-los. Parece que, apesar do precedente do plebiscito de 2014, eles não perceberam que essa implementação é um passo anterior às transformações sociais.

Economistas sugerem, no entanto, que após a brutal recessão causada pela pandemia, poderia ocorrer uma grande retomada econômica, o que atenuaria o descontentamento contra o sistema, ainda que não implicasse necessariamente uma recuperação do emprego.

Após esse novo aprofundamento das desigualdades sociais, as elites não poderão fugir da necessidade de redirecionar o antigo modelo liberal de desenvolvimento e propor reformas que atinjam tanto as estruturas urbanas quanto as rurais. O desafio, além disso, é enfrentar a proliferação dos núcleos de violência em grande parte do território nacional.

Mesmo nas fases de progresso econômico sustentado, a visão predominante é que a Colômbia está sempre condenada a ir de catástrofe em catástrofe. *A fortiori*, isso ocorre em períodos de grandes crises. Excepcionais têm sido os governantes capazes de projetar a ideia de um futuro comum.

Esta era a promessa de Havana, que não foi cumprida. Muito pelo contrário.

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG

